

Último grande obstáculo é a cláusula de arresto judicial

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ultrapassada a difícil definição da vinculação com o FMI, o último obstáculo importante à conclusão do protocolo entre o Brasil e o comitê dos bancos credores é a chamada "cláusula de arresto judicial", ou de "penhora liminar", que o País quer eliminar. Traduzido do jargão jurídico, isso significa o direito de os credores bloquearem reservas ou bens brasileiros no Exterior, se o Brasil descumprir os termos do acordo.

O ministro da Fazenda, Mafson da Nóbrega, afirmou que essa etapa da negociação começou ontem, em Nova York, onde estão o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Selxas, e o secretário internacional da Fazenda, Sérgio

Amaral. O ministro não quis dizer quais as alternativas em discussão, mas, a julgar pelo precedente da vinculação ao FMI, poderá ser encontrada uma solução a meio caminho entre a manutenção da cláusula e sua eliminação pura e simples.

No início das negociações em janeiro, Mafson mantinha a posição do ex-ministro Bresser Pereira, de desvinculação absoluta. Na mesa, os negociadores brasileiros aceitaram uma vinculação parcial e não automática. Essa redução das expectativas marcou também a definição dos demais pontos importantes do acordo com os bancos, definidos desde fevereiro: US\$ 5,2 bilhões, spread de 0,8125% e a reabertura de linhas comerciais de curto prazo de US\$ 600 milhões. O Brasil começou pedindo US\$ 11 bilhões e spread zero.